

O busto de bronze de Getúlio Vargas: memória e política em praça pública

**Paulo Celso Liberato
Correa¹**



**The bronze bust of
Getúlio Vargas:
memory and
politics in a public
square**

¹ Mestre em Ciência Política pela UFRJ.
Museu da República/Ibram. E-mail:
pc.lhcb@gmail.com

Resumo

No dia 24 de agosto de 1954, um busto de bronze retratando o ex-presidente Getúlio Vargas foi anonimamente colocado na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro. A partir deste acontecimento, o artigo apresenta as ressignificações da memória de Vargas e de seu legado político, elaboradas a partir desse monumento, especialmente em datas associadas ao ex-presidente como seus aniversários de nascimento e morte, *Finados*, 10 de maio, dentre outras. Considerando-se os discursos elaborados sobre o patrimônio como construções sociais que legitimam identidades e relações de poder, será mostrado como o busto de Getúlio Vargas na Cinelândia se tornou um lugar de memória para a encenação simbólica das disputas políticas que marcaram a sociedade brasileira a partir dos anos 1950.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico; Monumentos; Getúlio Vargas; Política brasileira; Cidade do Rio de Janeiro.

Abstract

On August 24, 1954, a bronze bust depicting former president Getúlio Vargas was anonymously placed in Cinelândia, in downtown Rio de Janeiro. Based on this event, the article presents the reinterpretations of Vargas' memory and his political legacy, elaborated from this monument, especially on dates associated with the ex-president, such as his birth and death anniversaries, *Finados* Day (2nd November), May 1st, among others. Considering the discourses elaborated about heritage as social constructions that legitimize identities and power relations, it will be shown how the bust of Getúlio Vargas in Cinelândia became a place of memory for the symbolic staging of the political disputes that marked the Brazilian society from the 1950s.

Keywords: Historical heritage; Monuments; Getúlio Vargas; Brazilian politics; City of Rio de Janeiro.

Introdução

No dia 24 de agosto de 1954, um busto de bronze retratando o presidente Getúlio Vargas apareceu na praça Marechal Floriano, mais conhecida como Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro. Na manhã daquele mesmo dia, Getúlio havia se suicidado em seu quarto no Palácio do Catete, fato que causou imensa comoção popular em todo o país.



Figura 01: Primeira localização do busto de Vargas na Cinelândia, ainda sobre o vaso de mármore. Ao fundo, o Palácio Monroe, sede do Senado Federal. S.d. Fonte: DIAS, Vera, 2011.

Houve quem dissesse que o busto foi retirado de uma agência do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE) (DIÁRIO DA NOITE, 1959). Quem o colocou ali teve meios e força física suficientes para erguer o busto de 70 cm e 50 quilos até o alto de um dos vasos de mármore de carrara em formato de lírio que, naquela época, ornamentavam a praça. Assim, de costas para o Palácio Monroe e de frente para o Teatro Municipal, tendo por vizinho o monumento de 1910 em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, o busto de bronze começava sua epopeia como lugar de memória e ação política na cidade do Rio de Janeiro.

Neste artigo, pretendo analisar a história e a trajetória da relação simbólica criada pelos apoiadores (e detratores) do ex-presidente com o busto que o homenageia. Tal análise, por sua vez, leva em conta aspectos gerais do imaginário popular em relação à pessoa de Vargas e aos seus governos, já estudados pela História e pelas Ciências Sociais (FERREIRA, 1990; JANOTTI, 1998, QUELER, 2015). Parte-se da hipótese de que a criação desse “lugar de memória” e os significados dados a ele ao longo do tempo seriam representativos de formas públicas da expressão política de diferentes setores das classes populares, mobilizadas ou não em organizações políticas. Cronologicamente, a análise se concentrará entre as décadas de 1950 e 1980, períodos nos quais se construíram os principais significados e práticas da relação estabelecida entre o público e o busto de Getúlio Vargas.

Como fontes para a análise, foram consultados registros das manifestações dessa relação nos jornais e revistas de tipo empresarial publicados ao longo do período analisado. Por concentrar lugares importantes da vida política, cultural e mundana da cidade, a Cinelândia era um ambiente onde a notícia sempre “acontecia”; e, desde o repentino aparecimento do busto de bronze na praça, os periódicos passaram a mostrar as reuniões populares em torno do monumento como mais um novo hábito do cotidiano da cidade. Elementos da cobertura jornalística como fotos, depoimentos, descrições do espaço e dos acontecimentos fundamentaram a análise dos discursos elaborados sobre o monumento em si, a figura de Getúlio Vargas e as relações simbólicas com eles estabelecidas por determinadas camadas da população.

A interpretação dos discursos jornalísticos sobre essas manifestações, por sua vez, levou em consideração a dinâmica dos posicionamentos e dos interesses políticos e econômicos destes órgãos de imprensa em cada conjuntura política analisada, pela influência exercida sobre a forma de selecionar, organizar, estruturar e narrar aquilo que se escolhe publicar (DE LUCA, 2005). Se, em relação ao período considerado, alguns jornais eram reconhecidos pela associação direta com figuras e correntes políticas influentes no cenário da época, como o “Última Hora” de Samuel Wainer e o trabalhismo e o “Tribuna da Imprensa” de Carlos Lacerda, veículo do udenismo, outros tiveram posicionamentos mais fluidos, como o “Luta Democrática” de Tenório Cavalcanti, por exemplo, que de uma “Tribuna da

Imprensa dos pobres” transformou-se em defensor das reformas de base do governo João Goulart (GASPARIAN, 1984).

Como nascem os lugares de memória

Na manhã de 24 de agosto de 1954, após a morte de Getúlio Vargas ter sido noticiada em primeira mão pelo programa de rádio "Repórter Esso", a movimentação popular pelas ruas das cidades do Brasil foi intensa. No Rio, Distrito Federal, milhares de pessoas se aglomeraram ao redor do Palácio do Catete para tentar entrar no salão ministerial, onde o corpo do presidente estava sendo velado. No dia seguinte, 25, o caixão foi levado do palácio para o aeroporto Santos Dumont, na região central da cidade, de onde seria enfim remetido para o sepultamento em São Borja, no Rio Grande do Sul, cidade natal de Vargas. As ruas entre a Praia do Flamengo e o aeroporto foram tomadas pelo cortejo da população. Os acontecimentos dramáticos daqueles dias ensejaram as narrativas de "luto" e "luta" da parte da imprensa, não apenas na capital federal, mas em todo o país (STARLING, 2017).

Pode-se dizer que, pelo menos na capital federal, o busto de Getúlio colocado na Cinelândia foi o primeiro monumento póstumo erguido em homenagem ao ex-presidente, ainda no calor dos acontecimentos do 24 de agosto ². A escolha do lugar para abrigá-lo relaciona-se com a importância daquela praça na vida política e cultural da cidade, além do fato de estar situada no caminho entre o Palácio do Catete e o Aeroporto Santos Dumont.

Localizada no final da Avenida Rio Branco, símbolo mor da modernização urbana empreendida pelas elites republicanas desde o início do século XX, a praça Marechal Floriano tinha ao seu redor algumas das principais instituições culturais, políticas e financeiras da capital federal: o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Câmara do Distrito Federal, o Supremo Tribunal Federal e o Museu Nacional de Belas Artes (antiga Escola Nacional de Belas Artes). Na vizinha Esplanada do Castelo, aberta após a demolição do Morro do Castelo na década de 1920, ficavam

² No ombro esquerdo do busto há a assinatura de seu criador, "Ferrer", isto é, o escultor pernambucano Luiz Ferrer de Moraes, falecido em 1960, cuja trajetória artística sempre esteve ligada à criação de esculturas comemorativas, placas e outros monumentos públicos, de natureza oficial, homenageando políticos, personagens e acontecimentos históricos. A ascensão de Getúlio Vargas e dos vitoriosos da Revolução de 1930 ao poder possibilitou ao jovem artista o início de sua carreira (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1932).

as sedes de órgãos públicos como os ministérios da Educação e Cultura, do Trabalho e da Fazenda.

Além disso, havia os bares, cafés, casas de shows e cinemas que valeram à praça o seu apelido. A Cinelândia era um dos principais locais de manifestações políticas no centro da cidade, junto ao Largo de São Francisco de Paula, o Largo da Carioca, a galeria Cruzeiro (onde hoje é o Edifício Avenida Central) e o terminal de bondes conhecido como Tabuleiro da Baiana, em frente ao Largo da Carioca. Espaços cotidianamente ocupados por milhares de pessoas vindas de diversos bairros e que tinham no centro da cidade um lugar de encontro e convivência, no trabalho, nas filas dos bancos, no transporte público, nos cafés, bares e cinemas, nas lojas e nos bancos das praças.

Uma vez colocado sobre o vaso ornamental da Cinelândia, o busto de Getúlio Vargas podia ser facilmente visto por essas pessoas, que também podiam facilmente chegar até ele e ao seu redor se reunir, visto que a praça oferecia bastante espaço para isso. O novo monumento da Cinelândia foi prontamente reconhecido pelo público, despertando reações que variavam de acordo com as opiniões de cada um sobre a conveniência da homenagem e a importância do homenageado.

Em outubro de 1954, um colunista da seção "No lar e na sociedade", do matutino carioca Diário da Noite qualificou o novo destino do busto como uma "anomalia, pelo menos", questionando a espontaneidade do gesto de colocá-lo na praça e a possibilidade de o referido objeto manter a sua significação depois de passada a comoção popular.

Homenagem ao ex-presidente? Ou desejo, puro e simples de desfazer-se de alguma coisa que não interessava mais conservar? (...) De qualquer forma, não deixa de ser contrária a todas as praxes relativas aos monumentos públicos, o processo pelo qual aquele apareceu ali - sem audiência das autoridades. Traduzindo um preito ou um despreço, o ato de sua colocação só poderia produzir um efeito muito transitório, na conformidade da emoção popular; e, finda esta, aos servidores municipais incumbidos da guarda dos nossos jardins caberia tomar uma providência (DIÁRIO DA NOITE, 1954, p.3).

Para o colunista, o monumento carecia de legitimidade pois não possuía autorização oficial para ser colocado ali. Essa opinião remonta às origens das políticas públicas sobre patrimônio histórico, com a Revolução Francesa (1789-

1799), quando o governo revolucionário se incumbiu da prerrogativa de escolher e legitimar os objetos, lugares e monumentos tidos como representativos da história e da identidade nacional (CHOAY, 2006). Este mesmo Estado que legitimava o que devia ou não ser parte do patrimônio histórico da nação também erguia monumentos públicos nas ruas e praças para assinalar, de maneira imponente e didática, os valores, personagens e acontecimentos da história que deveriam ser lembrados pelos cidadãos.

Pode-se dizer que o reconhecimento oficial da validade do novo monumento veio em 1957, quando a prefeitura colocou uma rampa de acesso ao vaso que lhe servia de pedestal. Se retirá-lo dali não era uma opção, pelo menos se evitavam novos gastos com o reparo do canteiro de flores que existia ao seu redor, pisoteado a cada nova concentração popular (A NOITE, 1957). Mais tarde, a intermediação de políticos ajudou a impedir que o busto fosse retirado definitivamente da praça, em meio às mudanças de lugar que sofreu durante as obras de abertura da linha do metrô na década de 1970 (LUTA DEMOCRÁTICA, 1976 a).

Embora houvesse quem defendesse que o monumento merecia estar alojado sob um pedestal mais adequado, a retirada ou substituição da peça de bronze ou sua saída da Cinelândia para outro lugar estava fora de questão, para os que participavam das homenagens na praça. Quando a prefeitura tentou trocar o busto por um outro, encomendado pela Câmara Municipal, várias pessoas se reuniram ao redor do monumento para defendê-lo e vaiar os funcionários municipais, o vereador autor da nova homenagem e o artista que a concebeu. Com “aquele” Getúlio ninguém poderia mexer. Durante as vigílias feitas ao redor do busto, havia sempre a preocupação de protegê-lo dos ataques e do vandalismo de antigetulistas que poderiam acontecer durante a madrugada.

O colunista questionava se a “emoção popular” quanto ao busto de Vargas duraria o bastante para fazer dele um monumento público permanente e, por isso, merecedor da eternidade do bronze. A resposta popular foi “sim”. Porém, os lugares de memória perduram enquanto há a vontade de se lembrar daquilo que eles representam, pois a produção da memória é sempre seletiva e voluntária (NORA, 2012). E os significados que eles expressam, por sua vez, surgem de processos de construção social condicionados por relações de poder e questões do presente,

sobre o passado e o futuro, elaboradas por classes, grupos e indivíduos de diferentes situações sociais (GOMES & OLIVEIRA, 2010).

“Getúlio não morreu/ ainda vive em mim/ quando penso nele”

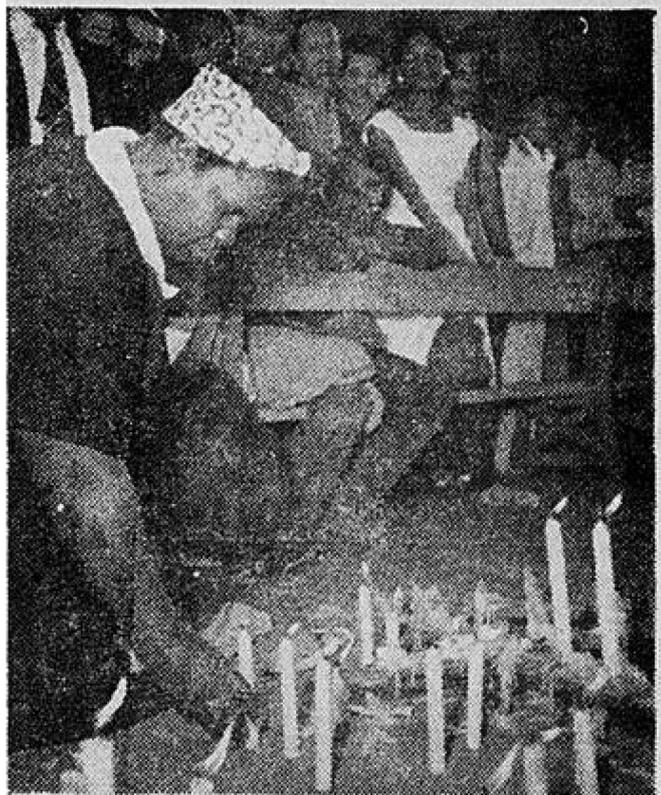
As homenagens póstumas públicas a Getúlio Vargas em torno de monumentos relativos a ele aconteciam em diversos lugares da cidade e do Brasil. Além dos eventos que aconteciam na Cinelândia, destacavam-se a visitação ao túmulo do ex-presidente em São Borja (RS). E novos monumentos alusivos à sua memória continuaram a ser inaugurados pelo país. A carta-testamento acabou por se tornar ela própria um monumento; constantemente citada e recitada, servia de manifesto aos herdeiros políticos de Vargas. O busto da Cinelândia também ganharia a sua, reproduzida em uma placa de bronze afixada no pedestal do monumento.

Além das datas de representatividade póstuma mais óbvia, como o 24 de agosto e o Dia de Finados, o calendário do culto getulista adotou datas como a do aniversário de Vargas (19 de abril) e o 1º de Maio (Dia do Trabalho), que já eram promovidas como dias cívicos pelos órgãos da propaganda oficial ao longo de seus governos, em especial no período de 1930 a 1945. A própria cultura popular alimentava o culto à imagem de Vargas com versos, músicas de carnaval, anedotas, materiais propagandísticos elaborados e distribuídos por conta de seus autores, dentre outros meios pelos quais essas pessoas expressavam diferentes percepções e expectativas quanto à política varguista (QUELER, 2015).

Assim, pelos canais oficiais ou populares, Vargas era apresentado como alguém a quem as pessoas poderiam ter contato direto, alguém que pensava nas suas necessidades cotidianas e urgentes e as atendia, na prática. Alguém digno de ter seu retrato pendurado na parede da sala de casa, junto de fotos de parentes cujos aniversários e falecimentos mereciam lembranças. Depois da sua morte, a memória foi o meio pelo qual o ex-presidente continuou presente entre a população. Os sentimentos de tristeza e indignação gerados pela morte dramática do presidente se uniam ao temor de que se perdessem, pelas mãos de seus adversários políticos, as melhorias na condição de vida e de trabalho que eram percebidas como resultado das ações de seus governos.



Um ano depois... e as explosões de sensibilidade ainda tomaram conta de quantos reverenciaram a memória do grande Presidente Getúlio Vargas



Tôdas as classes, tôdas as côres, todo sos desejos se confundiram num só: Deus saíte a alma de que mtanto lutou e sofreu pelos humildes, pelos pobres

Figura 02: As imagens de dor, saudades e devoção marcavam a cobertura do jornal Última Hora sobre as homenagens prestadas diante do busto de Getúlio Vargas. Detalhe da matéria da edição de 25 de agosto de 1955. Fonte: Última Hora, 1955, p.3.



Figura 03: Aspecto da concentração de pessoas ao redor do busto de Vargas, no dia 25 de agosto de 1955. Fonte: O Cruzeiro/D.A. Press, 1955, p. 8.

Da parte dos veículos trabalhistas, como o jornal “Última Hora”, as homenagens ao redor do busto da Cinelândia representavam um povo ordeiro, leal, movido por sentimentos cristãos, exemplos do trabalhador ideal getulista. A ênfase dada às demonstrações de carinho, gratidão e admiração, oriundas de pessoas descritas como humildes, simples e trabalhadoras, reforçava a imagem de Getúlio Vargas como "pai dos pobres".

A base dessa construção ideológica está no fato de que os governos de Vargas foram responsáveis pela implementação centralizada de uma série de instituições e medidas legais destinadas a amparar o trabalhador com direitos e

garantias ³, alguns dos quais já existiam de modo esparso em nível federal e estadual desde antes de 1930 (CARONE, 1978). Ela foi também um elemento-chave na construção ideológica e prática do trabalhismo, a partir de 1943, que visava ancorar a legitimidade do regime na relação material e simbólica entre Vargas e os trabalhadores, beneficiados pela legislação social por ele outorgada e organizados em sindicatos reconhecidos pelo Estado (GOMES, 2019).

Convenientemente, a narrativa histórica criada pelo governo Vargas de 1930 a 1945 apagava a memória das reivindicações e lutas operárias acontecidas durante a Primeira República, de modo a apresentar a obra legislativa trabalhista como fruto da clarividência do governante e não da mobilização dos governados (GOMES, 2019). A ideologia getulista partia de imagens e discursos já presentes na cultura dos trabalhadores urbanos, como a valorização do trabalho, a cooperação, a organização, etc, articulando-os com novos sentidos afinados aos interesses do Estado: harmonização entre capital e trabalho, obediência à autoridade, patriotismo, desmobilização política, controle social.

Por outro lado, a expectativa da inclusão social por meio de uma cidadania regulada pelo Estado moldou a identidade e a consciência de classe dos trabalhadores brasileiros durante o século XX. Mesmo apesar de toda a burocracia necessária para se obter uma carteira de trabalho, mesmo que o valor do salário mínimo estabelecido pelo Estado servisse mais como teto do que base da remuneração, mesmo que as ações públicas na saúde e educação ainda deixassem muito a desejar, as pessoas passaram a ter um novo referencial do que era digno e justo de se esperar e reivindicar do Estado e dos seus empregadores (CARDOSO, 2010).

A defesa dos ideais e da figura de Vargas também era um elemento importante para a própria autoimagem de muitas pessoas, que atribuíam à legislação trabalhista maior dignidade e segurança na tarefa de ganhar a vida, ou valorizavam as ações em prol do desenvolvimento nacional autônomo, sob a forma do nacionalismo. Pessoas de diferentes ocupações, níveis educacionais e

³Foi criado o Ministério do Trabalho, a jornada de trabalho foi regulamentada, o décimo terceiro salário foi instituído, dentre outras medidas. A organização dos trabalhadores em sindicatos era permitida, desde que estes fossem autorizados pelo Estado. Patrões e empregados tinham garantida a representação classista no legislativo, pela Constituição de 1934 e seus conflitos contariam com a mediação de uma Justiça do Trabalho, instituída em 1941. Diversas dessas medidas foram reunidas na Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943.

concepções políticas se identificavam como trabalhadores e patriotas e, dessa forma, se apresentavam diante do monumento a Getúlio Vargas, cada uma sabendo apontar uma razão para louvar sua memória.

As reuniões em torno do busto da Cinelândia eram marcadas pela presença infalível de personagens como a funcionária pública Lourdes Prata, ex-militante da Aliança Liberal e do queremismo, que pagava pela limpeza e decoração do monumento antes de cada celebração e distribuía cópias de folhetos e da carta-testamento (LUTA DEMOCRÁTICA, 1976 a); as integrantes da Liga Feminina do PTB, responsáveis por flores e orações, ativas mesmo após a dissolução do partido durante a ditadura militar; e as coroas de flores enviadas pelo Almirante Ângelo Nolasco de Almeida, antigo ajudante de ordens de Vargas e por Batista Luzardo, chefe da polícia do Distrito Federal logo após a Revolução de 1930 (JORNAL DO BRASIL, 1972).

Oradores de improviso e poetas manifestavam suas opiniões sobre o falecido ex-presidente, como no poema “Nosso último herdeiro”, afixado em um poste próximo pelo seu autor, o sr. Antônio João Ribeiro:

Quando o Brasil despertar/o seu sonho varonil/ todos acordam com ele/gritando pelo Brasil/ Eu sou getulista/ Sincero e de louvor/ cheio de esperança/ e coberto de amor/ Getúlio não morreu/ ainda vive em mim/ quando penso nele/ pois quem gosta/não tem fim. (JORNAL DO BRASIL, 1962, p. 3).

A religiosidade, sobretudo do cristianismo católico, era outro elemento recorrente nas manifestações populares ao redor do busto de Vargas. Ali, as pessoas se reuniam em vigília e faziam orações, rezavam terços, acendiam velas e colocavam coroas de flores. No primeiro 24 de agosto após a morte de Vargas, em 1955, um dos destaques foi a presença da cantora Ângela Maria, que interpretou a “Ave Maria” às seis horas da tarde (ÚLTIMA HORA, 1955). Houve até casos de milagres atribuídos ao ex-presidente, como a cura da doença cardíaca da filha de uma admiradora, que retribuiu a graça deixando um coração de cera junto ao busto (JORNAL DO BRASIL, 1972).

Flores para o trabalhista, flores para o anticomunista: diferentes significados para um mesmo monumento

A relação afetiva e simbólica entre as camadas populares e a memória de Getúlio Vargas também tinha expressões concretas na mobilização política e nos resultados eleitorais. Honrar a memória de Vargas era renunciar o voto aos seus caluniadores, como dizia um cartaz de propaganda política de 1955⁴. Por isso, o busto também era usado como cenário de discursos, comícios e protestos contra a oposição, dos quais participavam sindicatos, movimentos de trabalhadores e partidos políticos, em especial os do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representante do trabalhismo varguista, cujo diretório regional do partido ficava ali perto, na rua Álvaro Alvim. Não raro, as homenagens espontâneas e organizadas se misturavam ou se sucediam numa mesma ocasião.

Os lugares de memória de Getúlio Vargas tiveram sua primeira ressignificação condicionada pela conjuntura política que, nas décadas de 1950 e 1960, opunha duas perspectivas distintas (mas não tão opostas entre si como os ideólogos do nacionalismo getulista faziam pensar) quanto à estruturação do modo de produção capitalista no Brasil (DREIFUSS, 1987). Uma priorizava a participação do Estado como promotor do desenvolvimento, sobretudo nas áreas da indústria, transportes e energia, com a participação do setor privado nacional e, indiretamente, do estrangeiro, na forma de obtenção de conhecimento. A outra defendia a participação reduzida do Estado na economia, sendo a carência de recursos técnicos e financeiros do setor privado nacional compensada com a participação direta do capital privado internacional.

O segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954) promoveu a primeira linha de desenvolvimento, confrontando-se com os interesses do empresariado brasileiro diretamente associado ao capital multinacional e de setores das Forças Armadas e do sistema político que viam com receio o alinhamento do governo com os setores populares, por meio das medidas social-democratizantes e da participação política de massas, ainda que canalizada nos estreitos limites do regime democrático da Constituição de 1946.

⁴ Há um exemplar desse cartaz na Coleção Celina Vargas, do Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República.

Das formas organizatórias de base popular existentes naquele momento, o trabalhismo varguista era o que mais apresentava condições práticas de fazer alianças e expressar demandas dos trabalhadores, sem oferecer contestações profundas ao sistema político ou à organização capitalista da sociedade (CARONE, 1981) ⁵. Ainda assim, essa rápida organização da classe trabalhadora na cidade e no campo incomodava as classes mais altas, incomodadas com as concessões que se viam forçadas a fazer em questões como salários, condições de trabalho e organização sindical (ALVES, 1984). Além disso, o êxito do conservadorismo liberal entre o eleitorado das camadas populares era dificultado pelo fato de que um de seus principais nomes, o jornalista Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN), era visto como um dos responsáveis indiretos pela morte de Vargas ao liderar a feroz campanha de denúncias contra a corrupção no governo.

A oposição antigetulista amargou derrotas nas duas eleições seguintes à morte de Vargas, as legislativas em outubro de 1954 e as presidenciais em outubro de 1955. Para o executivo federal, as eleições de 3 de outubro de 1955 representaram a vitória dos herdeiros políticos de Getúlio Vargas: foram eleitos Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrata (PSD, criado por Vargas para representar a burguesia industrial e rural), para a presidência e João Goulart, do PTB, para vice-presidência.

Dos sucessores políticos de Getúlio Vargas, João Goulart, eleito vice-presidente da República nos governos JK e Jânio Quadros, era o mais ameaçador aos setores liberais e conservadores da oposição. Ministro do Trabalho do último governo Vargas, Jango vinha da ala gaúcha do PTB, mais afinada à crítica social e à aproximação das esquerdas. Dentre os trabalhistas, Goulart foi quem usou com mais proveito a bandeira da continuidade da política reformista e nacionalista de Getúlio Vargas, empregando o busto da Cinelândia para reforçar esta imagem entre o eleitorado.

Daí o significado, para partidários e adversários, da sua presença na celebração do primeiro 24 de agosto na Cinelândia após a morte de Vargas, em 1955, meses antes das eleições presidenciais. Para evitar que o evento se tornasse

⁵ Além do PTB, depois da cassação do Partido Comunista Brasileiro em 1947, restaram como partidos de base operária o Partido Socialista Brasileiro, de tendência reformista, e partidos menores e efêmeros como a União Democrática Socialista e a Esquerda Democrática. Depois, na década de 1950, surgiram siglas como o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Partido Democrata Cristão (CARONE, 1981).

uma grande manifestação, a exemplo do que aconteceu no ano anterior, o chefe da polícia, general Menezes Cortes, proibiu a realização de comícios e passeatas na cidade sob o pretexto de evitar agitações subversivas (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1955).

Eleito governador do novo Estado da Guanabara em 1960, Lacerda tinha noção da importância da Cinelândia como polo getulista e trabalhista e de crítica a sua pessoa e ao seu governo (MOTTA, 2004). Durante os anos de seu mandato, era comum a presença da polícia na praça para coibir “excessos” na crítica ao governo estadual, durante as reuniões em torno do monumento.

Foi justamente no dia seguinte ao aniversário de morte de Getúlio, no 25 de agosto de 1961, que Jânio Quadros renunciou à Presidência da República. Diante da intenção de grupos políticos e militares de impedir a posse do vice-presidente, que se encontrava na China, a Cinelândia sediou no dia 28 de agosto um grande comício legalista, reunindo estudantes, operários e curiosos, clamando pela posse de Jango e defendendo o lema "legalidade ou morte". Carlos Lacerda foi um dos principais artífices do movimento contrário à posse de Jango. A manifestação foi duramente reprimida pela polícia com tiros de metralhadora para o alto e bombas de gás lacrimogêneo, levando à interdição da Avenida Rio Branco. Foi a primeira vez desde a morte de Vargas que a Cinelândia testemunhou cenas de repressão policial contra manifestações políticas. O clima de animosidade durou até a posse de Jango em 8 de setembro, ficando a cidade do Rio de Janeiro sob policiamento ostensivo de três mil homens (PAIVA, 1961).



Figura 04: Reunião em frente ao busto de Getúlio Vargas em 25 de agosto de 1961, no dia da renúncia do presidente Jânio Quadros.

Fonte: O Cruzeiro/D.A. Press, 1961, p. 24.

Passado o intervalo do parlamentarismo e o retorno ao presidencialismo com a posse de Jango em 1963, a campanha do governo pelas Reformas de Base teve na memória de Getúlio Vargas um instrumental precioso de mobilização. Segundo Goulart, "a maior homenagem ao grande presidente Vargas é prosseguir sua luta pelas reformas, iniciada com a revolução de 1930" (ÚLTIMA HORA, 1963, p.1). As medidas do Plano Trienal do ministro do Planejamento Celso Furtado previam as reformas agrária, administrativa e fiscal, o controle da inflação, a manutenção da capacidade de importação necessária à industrialização e um acordo com os credores da dívida externa brasileira.

No dia 23 de agosto de 1963 houve um grande comício na Cinelândia, com a presença do presidente João Goulart, em homenagem a Getúlio e pelas reformas. Segundo o Última Hora, mais de cem mil pessoas compareceram (ÚLTIMA HORA, 1963). Foi o maior a ser realizado até o Comício da Central do Brasil de 13 de março do ano seguinte e contou com participação ativa de diversas organizações sindicais. A realização do comício na Cinelândia desagradou especialmente aos udenistas e a Lacerda, que acusou Goulart de infringir a Lei de Segurança Nacional ao contrariar

o poder da autoridade estadual de vetar a realização de reuniões em logradouros públicos (CRUZEIRO, 1963). Em vista do que já acontecera no comício de 1961, o clima era de tensão antecipada, com a polícia estadual de prontidão e tropas do Exército de sobreaviso na Vila Militar e no Ministério da Guerra. Sob alegação de garantir a tranquilidade pública, Lacerda decretou ponto facultativo na Guanabara, também uma forma de tentar esvaziar o comício (CORREIO DA MANHÃ, 1963).

Naquele momento, porém, a execução do Plano Trienal não gerava os resultados esperados. Vieram o aumento da inflação, os maus índices econômicos, o desacordo com os setores econômicos e políticos contrários ao governo e o incômodo manifestado pelos movimentos sindicais quanto a certa "vacilação" da parte de Jango quanto à implementação das reformas de base, angústia expressada em alguns dos cartazes empunhados pela multidão durante o comício de agosto de 1963 (CORREIO DA MANHÃ, 1963).

À medida que as homenagens e comícios realizados ao redor do busto da Cinelândia iam ganhando popularidade, os jornais da oposição como o "Tribuna da Imprensa" de Carlos Lacerda procuravam minimizá-las, atribuindo-as à iniciativa de "pelegos", com participação de "comunistas". Se não era possível acusar diretamente de comunistas as senhoras que choravam diante do busto de Vargas, ainda sobrava o recurso de apontar a piedade popular como sentimento manipulável por propósitos políticos subversivos e desordeiros (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1955). Para os candidatos da oposição que não gozavam do carisma e da popularidade de um Carlos Lacerda, uma forma de parecer simpático ao eleitorado em geral era elogiar as virtudes conservadoras de Getúlio Vargas.

A campanha anti-reformista financiada por setores do empresariado brasileiro e internacional já havia colhido seus frutos nas eleições de outubro de 1962, quando diversos opositores de João Goulart se elegeram aos governos estaduais (DREIFUSS, 1987). Órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) financiavam campanhas de candidatos opositoristas e promoviam ações de propaganda que associavam as reformas de base ao comunismo. Os materiais de propaganda produzidos por eles consistiam em documentários, livros, matérias na imprensa e programas de rádio, que buscavam minar o apoio às reformas de base entre as classes média e baixa da população.

Meses antes do comício reformista da Cinelândia, foi erguido um cartaz próximo ao busto no qual se via uma foto de Vargas e a referência a um trecho do seu discurso no Ano Novo de 1936, irradiado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (VARGAS, 1936): "Não traia o ideal de Vargas. Ele disse: amigos serão todos os que me seguirem na defesa do Brasil e parentes todos os que pertencem à grande família cristã que o comunismo pretende destruir" (O GLOBO, 1963).

A manobra foi denunciada pela poetisa e getulista Adalgisa Nery em sua coluna no jornal Última Hora em 24 agosto de 1963, quando a CPI que investigava o papel do IPES-IBAD na campanha eleitoral do ano anterior mobilizava os jornais. Nery resgatou o contexto original das palavras de Vargas, inspiradas na doutrina social da Igreja Católica ⁶; para ele, tanto o capitalismo liberal como o comunismo escravizavam o espírito à matéria e transformavam as pessoas em coisas, o primeiro ao desumanizar o trabalho e o segundo ao divinizá-lo (NERY, 1963). Logo, sua condenação do comunismo não poderia significar a aprovação do capitalismo liberal.

Ao instrumentalizar os discursos anticomunistas de Vargas, a campanha anti reformista convenientemente deixava de fora os trechos cujo antiliberalismo contrariava a plataforma do IPES-IBAD e de seus financiadores: a defesa da democracia liberal, da empresa privada e da presença do capital estrangeiro na economia brasileira. Com exceção desses tópicos fundamentais ao modelo de desenvolvimento da sociedade defendido pela oposição, o conservadorismo varguista, com sua defesa da família, da pátria e da ordem, ainda era perfeitamente aceitável enquanto forma de dominação política para os grupos sociais que ela representava.

Com o agravamento da crise social e política, a burguesia "nacional" revelou o quão pouco "nacionalista" era na defesa de seus interesses ao romper a política de convergência de classes buscada pelo governo João Goulart e alinhar-se aos setores empresariais, políticos e militares da oposição, deixando o Presidente, seus aliados políticos e os movimentos sindical e camponês à deriva (DREIFUSS, 1987). Veio o golpe de abril de 1964 e com ele o trabalhismo foi retirado do protagonismo político nacional. Com a ditadura militar, as pressões populares a favor das reformas

⁶ Essa doutrina, cujo marco foi a encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII (1891), também inspirou a formação do PTB, apresentado como um partido de "terceira via", nem defensor do comunismo nem do capitalismo liberal (QUELER, 2015).

sociais e políticas e de uma maior democratização do regime de 1946 foram neutralizadas.

Após o golpe, as homenagens ao redor do busto de Vargas na Cinelândia foram ressignificadas de acordo com os novos tempos. O PTB precisou de autorização do chefe do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS), o delegado Cecil Borer, para colocar uma coroa de flores em frente ao monumento no aniversário natalício do ex-presidente (O JORNAL, 1964 a). Em meio às homenagens habituais, tímidas desta vez, foi distribuído um manifesto elaborado por “um amigo que agora podia falar” onde se reproduzia o trecho de um discurso no qual Vargas sugeriria o recolhimento dos comunistas ao trabalho nas colônias agrícolas (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1964). No 24 de agosto, houve a circulação de boatos sobre um “plano subversivo” que eclodiria em meio às solenidades na Cinelândia, que transcorreram normalmente apesar do público reduzido (O JORNAL, 1964 b).

Anos mais tarde, o processo de resgate da memória do Vargas conservador e anticomunista teve mais um episódio. Em 1968, um mosaico de azulejos foi colocado na base do vaso que sustentava o monumento, exibindo a frase que teria sido escrita por Vargas em bilhete enviado ao deputado petebista Edmundo Barreto Pinto, autor do primeiro pedido de cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro em 1946: “Barreto Pinto, apresse tua denúncia. Os comunistas são contra o trabalhismo brasileiro. Aliados aos partidos burgueses, que usam rótulos diferentes, mas tem a mesma substância. Uns agem por interesse, outros por velhacaria” (O JORNAL, 1968 b). O mosaico registrava também a referência da afirmação: a página 167 do livro “A política trabalhista do Brasil”, de autoria do próprio Vargas, lançado em 1950.

Porém, assim como os militares em abril de 1964, em novembro de 1937 Vargas também usou o pretexto da ameaça comunista para dar um golpe de estado que restringia liberdades civis e políticas em nome de uma democracia “verdadeira”. O conservadorismo de Getúlio Vargas pode ser um fator a explicar a sobrevivência da escultura durante a ditadura militar, impedindo-se que tivesse o mesmo destino do busto de Juscelino Kubitschek, colocado por admiradores na mesma Cinelândia em 1962 e destruído em 1965 por membros do grupo direitista LIDER. A despeito

da sua força simbólica, Vargas estava morto, ao contrário de um JK, àquela altura ainda vivo e com potencial de mobilizar a oposição.

A gratidão popular pelas criações do projeto nacional varguista como o salário mínimo e o Ministério do Trabalho também não causavam problemas à ditadura, pois esses direitos sociais e instituições continuavam a funcionar dentro dos propósitos de controle e organização das relações entre capital e trabalho com os quais foram implementados na década de 1930, em meio a um regime político também ditatorial. As homenagens populares a Vargas podiam ser vistas positivamente como expressões da fé cristã do povo, da sua gratidão e respeito para com a autoridade. Mas para isso, precisavam ser despidas de qualquer caráter de crítica política ao atual regime.

Desde o início de sua existência na Cinelândia, o busto de Vargas também era um lugar que atraía discursos e conversas paralelas, travadas em grupinhos pelas pessoas que compareciam às manifestações. Eram comentados assuntos gerais da política brasileira, como o aumento do custo de vida e comparações entre o governo atual e os anteriores (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1961). Essa característica da praça pública como "ágora" e termômetro dos ânimos e insatisfações da população não passaria despercebida pelos órgãos de repressão após o golpe de 1964. No 24 de agosto de 1966, por exemplo, policiais do Departamento de Ordem Política e Social "procuravam ouvir as conversas, cujos temas preferidos eram a carestia, o controle da natalidade e o presidente marechal Castelo Branco, sistematicamente atacado" (JORNAL DO BRASIL, 1966, p.16).

À medida que o estado da Guanabara foi se tornando um reduto oposicionista ao governo militar, a Cinelândia continuou a ser um espaço de ação política ao receber várias das manifestações de descontentamento com a ditadura durante o ano de 1968. Em 19 de abril deste ano, o aniversário de Vargas seria comemorado com um comício do partido de oposição consentida pelo regime, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que, no entanto, havia sido proibido pelo secretário de segurança, o general Luís de França Oliveira. Ainda repercutia negativamente na opinião pública a violenta ação da polícia contra estudantes nas manifestações ocorridas no centro da cidade em março e abril últimos, que resultaram em vários feridos e na morte do jovem Edson Luís.

As homenagens com flores, velas e orações transcorriam sob a vigilância de agentes do DOPS e quatro batalhões de choque da Polícia Militar (O JORNAL, 1968a) quando o próprio secretário de segurança chegou à Cinelândia autorizando a realização do comício sob vigilância policial, porém mantendo a proibição das passeatas. Fazendo média com a memória getulista, o general afirmou:

Eu mesmo, pela manhã, vim depositar uma flor no busto de Getúlio Vargas. Não posso, porém, permitir que comunistas notórios, inimigos do grande estadista, façam badernas ou passeatas. Estou pessoalmente assegurando o livre direito de todos falarem e prestarem sua homenagem a Vargas (JORNAL DO BRASIL, 1968, p. 4)

O general ainda deu ordens de que apenas os deputados poderiam discursar e garantiu ao fotógrafo do Jornal do Brasil, espancado pela polícia numa das recentes manifestações estudantis, que não toleraria violências contra a imprensa.

No entanto, durante os próximos meses, a continuidade das demonstrações de crítica e resistência ao regime na forma de novas manifestações e greves logo fez cair a mal colocada máscara democrata da ditadura. Depois da implementação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, as reuniões ao redor do monumento não aconteceram mais com a mesma intensidade política do período anterior. Para isso também contribuiu a própria reconfiguração do espaço urbano carioca que tomou forma a partir da década de 1970 e que, na Cinelândia, teve como consequências a demolição do Palácio Monroe, antigo prédio do Senado Federal e o início da construção da linha 1 do metrô, que levou o busto de Vargas a ser mudado para o lado do monumento ao maestro Carlos Gomes, no Teatro Municipal (JORNAL DO BRASIL, 1972).

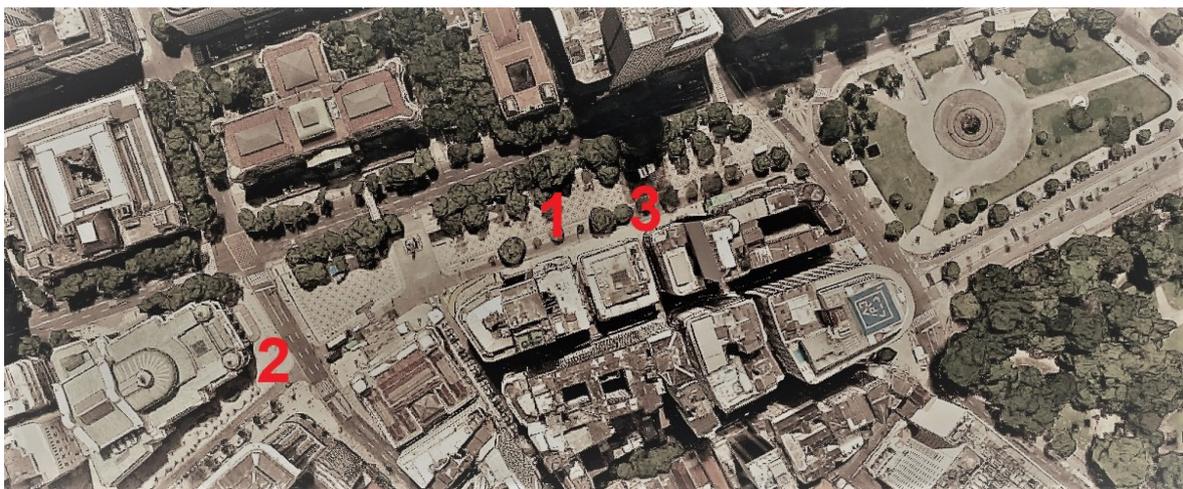


Figura 05: Em (1), a posição original do busto, no centro da praça, entre o antigo Cine Pathé (atualmente, uma igreja evangélica) e o Supremo Tribunal Federal (atual Centro Cultural da Justiça Federal); em (2), a posição provisória ocupada durante a construção da linha do metrô, ao lado do Teatro Municipal, entre 1972 e 1976; e em 3, a nova posição após as obras do Rio Cidade, na lateral da praça, em frente à rua Francisco Serrador.

Fonte: Google Maps.

Em 1976, a praça foi reinaugurada depois de passar por reformas patrocinadas pela empreiteira das obras do metrô, que incluíram a colocação de novos bancos, jardins e postes, bem como a restauração dos monumentos do Marechal Floriano, do maestro Carlos Gomes e de Getúlio Vargas, que foi retornado ao seu lugar de origem. O busto ainda continuava sobre o mesmo vaso ornamental, no entanto o mosaico de azulejos com a mensagem anticomunista para Barreto Pinto não foi restaurado por falta de autorização da família do ex-presidente (LUTA DEMOCRÁTICA, 1976 b). Manteve-se apenas a placa de bronze reproduzindo a carta-testamento.

As homenagens do 24 de agosto de 1976 foram carregadas de emoção extra, em virtude da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek dois dias antes num acidente de carro na Via Dutra. Desta vez, uma foto de JK apareceu junto do busto de Getúlio. A senhora Lourdes Prata, citada anteriormente, ficou indignada com o uso do monumento para um pequeno comércio do candidato do MDB Edgar de Carvalho:

(...) porque esses políticos só vem no aniversário da morte do Getúlio quando há eleições, mas ninguém me ajudou a limpar o busto e a comprar o óleo de peroba que usei. (...) Isso aqui é coisa de respeito. Quem vem ver o busto do ex-presidente é o povo, gente pobre, rica e remediada. Agora colocar faixa e fazer política eu acho errado e não vou permitir (JORNAL DO BRASIL, 1976, p. 15).

É interessante, porém, a justificativa dos policiais presentes à cena para não impedir o comício, após reclamação da senhora Prata: nada podiam fazer pois "receberam ordens de só intervir se a memória do ex-presidente fosse insultada ou se houvesse críticas à política do atual governo" (JORNAL DO BRASIL, 1976, p.15).

A partir de 1980, em meio ao processo de redemocratização nos anos finais da ditadura militar, o busto de Getúlio Vargas voltou a ser lugar de manifestações políticas do trabalhismo, cujo legado era disputado entre o novo PTB de Ivete Vargas e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola. O petebismo se dividiu em duas correntes: uma liderada por Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio e por José Barbosa, ambos da ala paulista do partido; e a outra, da ala carioca, liderada pelos ex-deputados Doutel de Andrade, Bocaiúva Cunha e Paiva Muniz. Leonel Brizola, que retornara do exílio após a anistia de 1979, se juntou à corrente carioca e passou a disputar com Ivete o registro da sigla, assim que o multipartidarismo foi novamente instaurado no país.

Porém, a sigla PTB foi conferida pelo Tribunal Superior Eleitoral ao partido de Ivete, o que a corrente carioca atribuía à proximidade que ela tinha com o general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil e articulador do processo de abertura "lenta, gradual e segura" do regime militar. Leonel Brizola fundou então o Partido Democrático Trabalhista (PDT), com uma orientação mais à esquerda, influenciado pela social-democracia. Já o PTB, além da herança trabalhista, capitalizou a seu favor o janismo com a filiação de Jânio Quadros ao partido em São Paulo e o conservadorismo de Carlos Lacerda, morto em 1977, por meio da filiação da ex-udenista Sandra Cavalcanti pelo Rio de Janeiro.

Nas datas especiais do getulismo, era comum que petebistas e pedetistas fizessem as suas homenagens, com um grupo sucedendo o outro, com não raros momentos de alteração de ânimos entre seus integrantes quando estes se encontravam (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1982). As duas correntes trabalhistas também disputaram espaço diante do busto de Getúlio na Cinelândia durante a campanha eleitoral para o governo do estado, em 1982. A associação entre o legado trabalhista de Vargas e o "novo" trabalhismo de Brizola foi reforçada pelos militantes pedetistas quando estes fizeram da Cinelândia a sua "Brizolândia", realizando comícios, debates e propaganda a favor do candidato. Essa iniciativa

espontânea das bases do partido beneficiou Brizola, que terminou eleito governador em 1982 e em 1990 (SENTO-SÉ, 1999).

Durante o período que compreende os dois mandatos de Brizola no governo do Estado (1983-1987 e 1991-1994), a Brizolândia permaneceu efervescente e influente na vida política carioca e foi também o último grande momento, até agora, das relações simbólicas estabelecidas a partir do busto de Getúlio Vargas na Cinelândia. As datas do calendário getulista eram celebradas na praça com a presença de centenas de pessoas e do próprio Brizola, que do alto de um palanque fazia discursos abordando a situação política local e nacional e, quando governador, também anunciava realizações de seu mandato. Membros do governo, trabalhistas históricos como o deputado estadual José Gomes Talarico e o filho de Vargas, Lutero, eram presenças habituais nessas ocasiões. Vez ou outra, Brizola participava dos eventos na Cinelândia logo após retornar das homenagens a Vargas em São Borja, onde também estava enterrado o antigo aliado João Goulart, falecido em 1976.

Foi na Cinelândia onde, já governador, Brizola liderou cerca de 2 mil pessoas na vigília em homenagem aos 100 anos de nascimento de Getúlio Vargas na virada do dia 18 para o dia 19 de abril de 1983. Nessa ocasião ele anunciou a abertura de uma conta bancária (simbolicamente, de número 1930) que receberia doações para a construção de um novo Memorial ao ex-presidente, a ser construído na Praça Mahatma Gandhi, espaço outrora ocupado pelo demolido Palácio Monroe (JORNAL DO BRASIL, 1983). O decreto que nomeava a comissão responsável pela obra foi assinado diante do busto da Cinelândia, no dia 24 de agosto de 1984 (JORNAL DO BRASIL, 1984). Nos meses seguintes o plano do memorial foi bastante discutido nas páginas do Jornal do Brasil, que repercutiu críticas ao projeto em reportagens e na seção de cartas dos leitores (JORNAL DO BRASIL, 1985); em geral, os argumentos questionavam a relevância de mais uma homenagem a Vargas e a conveniência de se celebrar o ex-ditador do Estado Novo, regime tão arbitrário e violador dos direitos humanos quanto o da ditadura militar. Vale lembrar que, apesar de estar em seus momentos finais, o regime ainda tinha força política suficiente para bloquear movimentos como o das eleições diretas para a Presidência da República, cuja emenda parlamentar havia sido derrotada no Congresso em abril de 1984.

O projeto do memorial foi escolhido mediante concurso nacional, vencendo o de autoria do arquiteto carioca Henock de Almeida. Previa a criação de uma praça com um espelho d'água circular, em cujo centro repousaria um monumento de linhas curvas de 25 metros; e também um novo busto para Vargas, desta vez com 3 metros de altura (JORNAL DO BRASIL, 1985). O memorial ficou engavetado até a década de 2000, quando começou a ser construído na Praça Luís de Camões, no bairro vizinho da Glória. Foi inaugurado na comemoração dos 50 anos da morte de Vargas, em 24 de agosto de 2004, pouco mais de dois meses depois da morte do próprio Brizola. Sobre a entrada do memorial subterrâneo, foi colocado um busto de bronze de Getúlio Vargas, com 2,50 m de altura e pesando 3 toneladas, popularmente conhecido por “Cabeção”. Mais cedo, a data havia sido celebrada na Cinelândia pelo ator e diretor teatral Zé Celso Martinez Corrêa, que recitou trechos da carta-testamento diante do busto de bronze de Vargas, para um público de cerca de 200 pessoas (VIANNA, 2004).

Considerações finais

Embora não tenha deixado de receber homenagens ocasionais de antigos e novos admiradores e de políticos em época de eleição, o busto de Vargas na Cinelândia já não mobiliza multidões a ponto de virar notícia nos jornais, revistas e redes sociais. O passar das gerações, as transformações pelas quais a cidade passou e o surgimento de novas conjunturas e lideranças políticas diluíram o peso da figura de Getúlio Vargas como bandeira política. Em 1996, após as obras do programa urbanístico municipal Rio Cidade, o conjunto foi transferido para a lateral da praça, em frente a rua Francisco Serrador, alguns passos adiante da posição original e perto de outros monumentos como os bustos de Juscelino Kubitschek (inaugurado em 1983), do empresário do entretenimento Francisco Serrador, do engenheiro Paulo de Frontin e, mais recentemente, do Monumento à Luta pela Anistia (inaugurado em 2014). A placa de bronze do pedestal que reproduz a carta-testamento já foi furtada e substituída algumas vezes. Entre os monumentos da cidade, Vargas já é mais lembrado pelo “Cabeção” da Glória do que pelo busto da Cinelândia.





Figuras 06 e 07: O busto em sua atual localização, na lateral da praça. Na ocasião (1999), o monumento recebia as homenagens pelos 45 anos da morte de Vargas, enquanto pessoas faziam suas orações e reflexões diante da carta-testamento. Acervo Museu da República/IBRAM.

A progressiva invisibilização do tradicional lugar de memória do trabalhismo getulista coincidiu com o processo de afirmação do receituário neoliberal como paradigma da vida econômica, política e cultural do país. Quando, no seu famoso discurso de despedida do Senado em dezembro de 1994, o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso prometeu o fim da “Era Vargas”, também expressou o quanto as estratégias de desenvolvimento nacional que a caracterizavam estavam em desalinho com o estágio neoliberal do capitalismo (CARDOSO, 1995).

As garantias e responsabilidades outrora assumidas pelo Estado em relação ao trabalho e aos direitos sociais se tornaram obstáculos “rígidos” para a acumulação capitalista, que demanda condições cada vez mais “flexíveis” para sua realização, além de um Estado mais regulador do que promotor da atividade econômica (HARVEY, 1979). Por isso, tantas vezes se levantam contra a herança do trabalhismo varguista, denunciada como fator de atraso, enquanto outras tantas

ainda a defendem, como último símbolo de segurança e garantia positivas da cidadania diante dos avanços da "flexibilização" das relações de trabalho. As mudanças na legislação trabalhista permitindo as negociações diretas entre patrão e empregado, bem como a extinção do Ministério do Trabalho, foram algumas das recentes contribuições governamentais ao desmonte das instituições nacional-desenvolvimentistas da Era Vargas e da concepção de sociedade que elas expressavam.

A Cinelândia ainda é um lugar central para as manifestações políticas e culturais da cidade, onde outros lugares de memória improvisados continuam a surgir e a mobilizar a sociedade. O último deles foi a placa que, na forma de intervenção artística, rebatizou a Praça Marechal Floriano como Rua Marielle Franco em homenagem à vereadora assassinada em 2018, no Rio de Janeiro. Destruída por vândalos, depois reproduzida aos milhares e difundida sob as mais variadas formas, a homenagem terminou por ser oficializada pela prefeitura com a inauguração de uma nova placa em março de 2021, dessa vez na frente da Câmara dos Vereadores (VEJA RIO, 2021).

Por mais radicalmente opostos entre si que tenham sido Marielle e Getúlio em termos de origens sociais, trajetórias de vida e pensamento político, os processos de memorialização pública desses dois personagens revelam a disputa entre as formas de produção dos lugares de memória, a "espontânea" e a "oficial", com esta sempre tentando imprimir seu controle sobre aquela; e que, mesmo que sob novas formas e condições, a persistência das questões estruturais cujos efeitos motivaram as ressignificações simbólicas do busto de Vargas continua a inspirar a geração de novos lugares de memória, mais afinados às necessidades políticas do tempo presente.

Artigo recebido em 03 de novembro de 2020.

Aprovado para publicação em 31 de maio de 2021.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

CARDOSO, Adalberto. “Uma Utopia Brasileira: Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar numa Sociedade Estruturalmente Desigual”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 53, nº 4, Rio de Janeiro, 2010, pp. 775-819.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo*. Brasília: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 1995.

CARONE, Edgar. *A segunda República (1930-1937)*. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1978.

CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*. 1ª edição. São Paulo: Difel, 1981.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 5ª edição. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

DE LUCA, Tânia Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. 3ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2005, pp. 111-153.

DIAS, Vera. “A dança dos monumentos da Praça Floriano – Cinelândia”. In *As histórias dos monumentos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://ashistoriasdosmonumentosdorior.blogspot.com/2011/02/a-danca-dos-monumentos-da-praca.html>. Acesso em: 12 maio 21.

DREIFUSS, René. *1964 - A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. “Cultura política dos trabalhadores na era Vargas”. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 3 nº 6, Rio de Janeiro, 1990, pp. 180-195.

GASPARIAN, Helena. “Luta Democrática”. In ABREU, Alzira Alves de. & BELOCH, Israel. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1984. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/luta-democratica>. Acesso em: 15 maio 21.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

GOMES, Alexandre Oliveira Gomes e OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de Oliveira. “A construção social da memória”. *Revista Museologia e Patrimônio*. Vol. 3, nº 2, Rio de Janeiro, 2010, pp. 42-55.

HARVEY, David. “The condition of post modernity: an enquiry into the origins of cultural change”. Oxford: Basil-Blackwell, 1979 *apud* ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013, pp.3-4.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. “O imaginário popular sobre Getúlio Vargas”. *Revista História Oral*. Nº 1, São Paulo, 1998, pp. 99-119.

MOTTA, Marly. "Um fantasma ronda... - o 24 de agosto na radical década de 1960". In SILVA, Suely Braga da (org.). *Dossiê "E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas"*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV 2004. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/24Agosto>. Acesso em: 12 maio 2021.

NERY, Adalgisa. "Um pronunciamento de Vargas". *Última Hora*. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1963, p.4.

NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, Vol. 10, São Paulo, 1993. pp. 7-28.

PAIVA, Leonardo. "Policiamento da crise foi feito por três mil homens". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1961, p. 5.

QUELER, Jefferson José. "'Ô Gegê, vem nos salvar!': propaganda política popular (1945-1953)". *Revista Tempo*. Vol 21, nº. 38, Niterói, 2015, pp. 131-150.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV & Editora Espaço e Tempo, 1999.

STARLING, Heloísa Murgel. "As ruas da República". In ALONSO, Ângela e ESPADA, Heloísa (orgs.). *Conflitos: fotografia e violência política no Brasil, 1889-1964*. 1ª edição. São Paulo: IMS, 2017, pp. 313-338.

VARGAS, Getúlio. "Falando aos seus concidadãos e ao mundo". *A Nação*. Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1936, p.2.

VEJA RIO. "Marielle Franco é homenageada com nova placa em frente à Câmara do Rio". Rio de Janeiro, 15 de março de 2021. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/marielle-franco-homenagem-nova-placa/>
<https://vejario.abril.com.br/cidade/marielle-franco-homenagem-nova-placa/>
Acesso em: 13 maio 21.

VIANNA, Luiz Fernando. "Zé Celso encena carta-testamento". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25 de agosto de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2508200422.htm>. Acesso em: 14 maio 2021.

Periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Correio da Manhã. "Goulart: Seguirei a linha de Vargas"; "Faixas populares exigem de Goulart ação imediata"; "Ordem foi garantida com mais de dois mil soldados". Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1963, p. 3.

Cruzeiro, O. "Repercussão do gesto de Jânio Quadros na Guanabara, São Paulo e Belo Horizonte". Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1961, p. 24.

Cruzeiro, O. "Jango: desafio na Guanabara". Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1963, pp. 19-22.

Diário da Noite. “O povo não esqueceu o aniversário da morte de Vargas”. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1959, p. 1.

Diário da Noite. “No lar e na sociedade”. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1954, p.3.

Diário de Notícias. “A exposição de um jovem escultor pernambucano”. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1932, p.1.

Diário de Notícias. “Admiração de políticos e populares cercou de flores busto de Vargas”. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1961, p. 1.

Globo, O. “Tranquilo o comício por Vargas e pelas reformas”. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1963, p.15.

Jornal, O. “Cecil Borer autorizou o PTB a colocar flores no busto de Getúlio na Cinelândia”. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1964, p. 9.

Jornal, O. “Paz na Cinelândia”. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1964, p. 5.

Jornal, O. “Policiamento restringiu as homenagens a Getúlio”. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1968, p. 10. (a)

Jornal, O. “Homenagem que Getúlio Vargas há muito tempo esperava”. 24 de agosto de 1968, p. 4. (b)

Jornal do Brasil. “Admiradores de Getúlio madrugam diante de seu busto para homenageá-lo”. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1962, p.3.

Jornal do Brasil. “Aniversário da morte de Vargas é lembrado com terço na Cinelândia”. 25 de agosto de 1966, p.16.

Jornal do Brasil. “Ato público do MDB para Getúlio durou 4 minutos”. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1968, p. 4.

Jornal do Brasil. “Bustos saem da Cinelândia e abrem passagem para o metrô”. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1972, p. 16.

Jornal do Brasil. “Admiradora de Vargas tenta impedir comício no busto”. 25 de agosto de 1976, p.15.

Jornal do Brasil. “PDT promove festa na Cinelândia e lança Brizola-85”. 20 de abril de 1983, p. 4.

Jornal do Brasil. “Homenagem no Rio une trabalhistas”. 25 de agosto de 1984, p. 4.

Jornal do Brasil. “Memorial Vargas: homenagem faraônica aos cariocas”. Caderno B, 31 de janeiro de 1985, p. 1.

Luta Democrática. “Dona Lourdes homenageia Vargas 5 vezes ao ano”. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1976, p.3. (a)

Luta Democrática. “Entregue ao público a nova Praça Floriano”. Rio de Janeiro, 7, 8 e 9 de setembro de 1976, p. 4. (b)

Noite, A. “As cinco reformas dos canteiros da Cinelândia”. Rio de Janeiro, 02 de abril de 1957, p. 2.

Tribuna da Imprensa. “Tem 7 pontos o plano de agitações: dia 24”. Rio de Janeiro, 13-14 de agosto de 1955, p. 1.

Tribuna da Imprensa. “Romaria leva homenagem sem cor a Vargas”. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1964, p.6.

Tribuna da Imprensa. “PTB e PDT disputam herança de Vargas” Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1982, p. 3.

Última Hora. “Getúlio reviveu no acalanto triste do povo na Cinelândia”. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1955, p.3.

Última Hora. “Jango: Ninguém arrancará das mãos do povo a bandeira de Vargas”. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1963, p. 1.